DESPACHOS E ENCAMINHAMENTOS

Processo nº 024/2023

Modalidade: Pregão Eletrônico **Número:** 023/2023

Tipo: Menor preço **Execução:** Fornecimento com entrega - SRP

Objeto: Registro de Preço objetivando a aquisição de produtos e equipamentos para utilização nos cursos e atualização da infraestrutura do segmento de Beleza ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/RN.

À Divisão de Administração e Finanças do Senac/RN

À Presidência do Conselho Regional do Senac/RN

Assunto: Pregão Eletrônico nº 023/2023 | Revogação | Conveniência e Oportunidade.

Trata-se da necessidade de revogação do Pregão Eletrônico nº 023/2023, decorrente do Processo Administrativo nº 024/2023, cujo objeto é o Registro de Preço objetivando a aquisição de produtos e equipamentos para utilização nos cursos e atualização da infraestrutura do segmento de Beleza ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/RN.

A Comissão de Licitação, responsável pela condução do certame em referência, observou durante a etapa de julgamento das propostas inconsistência entre os itens indicados no edital com o cadastro realizado na plataforma Compras.gov, sistema utilizado para promover pregão eletrônico no âmbito do Senac RN, razão pela qual recomenda a revogação do certame e o recadastramento adequado posteriormente, pelas razões de fatos e de direitos a seguir expostos:

O presente certame visa a aquisição de 326 itens, por meio de sistema de registro de preços, destinados ao abastecimento e atendimento dos cursos do Eixo de Ambiente e Saúde, segmento Beleza, ministrados no SENAC/RN, dentre eles: curso de cabelereiro, barbeiro, maquiador, manicure e pedicure, depilador e programas de aperfeiçoamentos na área.

Dentre os itens requeridos, a área demandante solicitou para os produtos de colorações, tonalizantes capilares e coloração para cílios fossem agrupados em lotes, em consideração a necessidade de adquirir a mesma marca e linha profissional, além do mais pela manipulação de composições e princípios ativos que precisam se complementar, cujo resultado garantirá uma real fidelidade da cor pretendida, além de maior aproveitamento dos ativos químicos do tratamento.

A partir disso, a licitação em tela foi cadastrada no sistema do Compras.gov com intuito de atender o julgamento disposto no termo de referência, ou seja, unitária para os todos os itens, exceto os produtos (21, 22 e 51) que se referem a tratamento capilar e de cílios, os quais deveriam ocorrer de forma agrupada em lotes.

Ocorre que, para inserir os lotes mencionados era necessário cadastrar cada subitem como item, para adequar ao processo de cadastro da plataforma, ocasionando num cadastro de mais de 400 itens, os quais seriam agrupados e distribuídos entre os lotes 21, 22 e 51. Dito isso, ao analisar as propostas das empresas que sagraram-se melhores classificações após a fase de lances, observou-se desordem e inconsistências nos descritivos e valores ofertados pelas empresas, as quais colocaram descritivos de produto diverso ao que termo de referência.

Inicialmente, a Comissão em conjunto com a área demandante prosseguiu com o processo na tentativa de averiguar a possibilidade de seguimento do pregão com o aproveitamento das propostas, mas foi verificada a impossibilidade, vez que a origem da confusão estabelecida entre as propostas e o sistema se deu pelo lamentável equívoco operacional feito no cadastro. Acarretando na dificuldade do fornecedor em compreender o item que o sistema se referia e fazer a correlação adequada com o edital.

Nesse interim, registre-se que algumas participantes entraram em contato com a Comissão de Licitação, através de telefone, informando a dificuldade de assimilar os descritivos disponíveis no compras.gov com o edital publicado.

Em razão do exposto, o presente certame necessita ser revogado, a fim de resguardar a isonomia, eficiência, economicidade, julgamento objetivo das propostas e demais princípios norteadores da licitação.

Acerca do cancelamento do presente certame, o subitem 18.1 do Edital afirma o seguinte:

18.1 O Presidente do Conselho Regional do Senac poderá revogar esta licitação por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Consoante o teor do subitem 18.1 do Edital, e o art. 40 da Resolução Senac nº 958/2012, que demonstra o direito desta Entidade de cancelar esta licitação, desde que o faça de forma justificada, entendemos ser possível no presente caso.

Destaque-se que maciça doutrina afirma que é obrigação do gestor proceder a anulação de ato administrativo eivado de vício, bem como de todos os demais atos que os sucederam. Mas, quanto ao instituto da revogação ou cancelamento, trata-se de ato revogatório discricionário da administração, que extingue um outro ato ou processo não consumado por motivo de conveniência e oportunidade, objetivando sempre resguardar o interesse público.

Na jurisprudência esse tema também é pacificado, o Supremo Tribunal Federal – STF, na edição da Súmula 473, *ad litteram*:

STF Súmula nº 473 - A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Em razão das justificativas destacadas e por força da posição de supremacia do interesse público sobre o interesse privado, reconhece-se à Administração a possibilidade de revogar os próprios atos inconvenientes ou inoportunos, face o princípio da autotutela dos atos administrativos.

Destarte, esta Comissão encaminha os autos do processo licitatório do Pregão Eletrônico nº 023/2023 para cancelamento do processo, com base no que já foi exposto.

Natal, 04 de agosto de 2023.

Tháisa Cabral Albuquerque
Licitação do Senac Rio Grande do Norte